

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA COMPARADA

THE EVOLUTION OF INDIGENOUS PEOPLES' RIGHTS IN THE FACE OF CLIMATE CHANGE: A COMPARATIVE LEGAL ANALYSIS

LA EVOLUCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS FRENTE AL CAMBIO CLIMÁTICO: UN ANÁLISIS JURÍDICO COMPARADO

Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior¹

RESUMO: Este artigo realiza uma análise jurídica comparada sobre a evolução dos direitos dos povos indígenas diante das mudanças climáticas. A introdução destaca a importância de reconhecer o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre os povos indígenas, em virtude de sua relação íntima com a terra e os recursos naturais. Os objetivos desta pesquisa são examinar a evolução dos direitos dos povos indígenas na esfera jurídica internacional e nacional, identificando as principais normas e instrumentos jurídicos que tratam da proteção de seus direitos frente às mudanças climáticas. A metodologia adotada compreende uma análise documental de tratados internacionais, convenções regionais e legislações nacionais que abordam a questão dos direitos indígenas e mudanças climáticas. Além disso, são examinados estudos de caso selecionados para ilustrar a aplicação prática dessas normas em diferentes contextos geográficos. Os resultados revelam avanços significativos na proteção dos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua contribuição para a conservação ambiental e a necessidade de sua participação efetiva nas decisões relacionadas às mudanças climáticas. Entretanto, desafios persistem, especialmente no que diz respeito à implementação e efetivação desses direitos em nível nacional. Como conclusão, ressalta-se a importância contínua do fortalecimento dos direitos dos povos indígenas diante das mudanças climáticas, incentivando a implementação plena das normas jurídicas existentes e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a participação e o empoderamento dessas comunidades. Essas ações são fundamentais para garantir a proteção dos povos indígenas, o respeito à sua cultura e conhecimento tradicional, bem como a preservação ambiental para as futuras gerações.

2324

Palavras-chave: Análise Jurídica Comparada. Direitos Humanos. Mudanças Climáticas. Povos Indígenas.

¹ Formação Acadêmica; Mestrando em Engenharia, Gestão de Processos, Sistemas e Ambiental pelo ITEGAM.

ABSTRACT: This article conducts a comparative legal analysis of the evolution of indigenous peoples' rights in the face of climate change. The introduction emphasizes the importance of recognizing the disproportionate impact of climate change on indigenous peoples due to their intimate relationship with land and natural resources. The objectives of this research are to examine the evolution of indigenous peoples' rights in the international and national legal spheres, identifying key legal norms and instruments that address the protection of their rights in the context of climate change. The adopted methodology comprises a documentary analysis of international treaties, regional conventions, and national legislations that address indigenous rights and climate change. Additionally, selected case studies are examined to illustrate the practical application of these norms in different geographical contexts. The results reveal significant advancements in the protection of indigenous peoples' rights, recognizing their contribution to environmental conservation and the need for their effective participation in decisions related to climate change. However, challenges persist, particularly regarding the implementation and enforcement of these rights at the national level. In conclusion, the continuous importance of strengthening the rights of indigenous peoples in the face of climate change is emphasized, encouraging the full implementation of existing legal norms and the development of public policies that promote their participation and empowerment. These actions are crucial to ensuring the protection of indigenous peoples, respecting their culture and traditional knowledge, as well as environmental preservation for future generations.

Keywords: Climate Change. Comparative Legal Analysis. Indigenous Peoples. Human Rights.

RESUMEN: Este artículo realiza un análisis jurídico comparado sobre la evolución de los derechos de los pueblos indígenas frente al cambio climático. La introducción destaca la importancia de reconocer el impacto desproporcionado del cambio climático en los pueblos indígenas debido a su relación íntima con la tierra y los recursos naturales. Los objetivos de esta investigación son examinar la evolución de los derechos de los pueblos indígenas en el ámbito jurídico internacional y nacional, identificando las principales normas e instrumentos jurídicos que abordan la protección de sus derechos frente al cambio climático. La metodología adoptada comprende un análisis documental de tratados internacionales, convenciones regionales y legislaciones nacionales que abordan la cuestión de los derechos indígenas y el cambio climático. Además, se examinan estudios de caso seleccionados para ilustrar la aplicación práctica de estas normas en diferentes contextos geográficos. Los resultados revelan avances significativos en la protección de los derechos de los pueblos indígenas, reconociendo su contribución a la conservación ambiental y la necesidad de su participación efectiva en las decisiones relacionadas con el cambio climático. Sin embargo, persisten desafíos, especialmente en lo que respecta a la implementación y efectividad de estos derechos a nivel nacional. En conclusión, se destaca la importancia continua del fortalecimiento de los derechos de los pueblos indígenas frente al cambio climático, fomentando la implementación plena de las normas jurídicas existentes y el desarrollo de políticas públicas que promuevan la participación y el empoderamiento de estas comunidades. Estas acciones son fundamentales para garantizar la protección de los pueblos indígenas, el respeto a su cultura y conocimiento tradicional, así como la preservación ambiental para las futuras generaciones.

Palabras Claves: Análisis Jurídico Comparado. Cambio Climático. Derechos Humanos. Pueblos Indígenas.

I. INTRODUÇÃO

A relação intrínseca entre os direitos dos povos indígenas e as mudanças climáticas têm despertado crescente interesse acadêmico e jurídico (Garcia, 2018). As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais da atualidade, impactando ecossistemas, recursos naturais e comunidades em todo o mundo. No entanto, os efeitos dessas mudanças são sentidos de forma desproporcional pelos povos indígenas, que têm uma relação íntima com a terra, os recursos naturais e a biodiversidade. Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo realizar uma análise jurídica comparada da evolução dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Busca-se examinar a forma como os instrumentos jurídicos internacionais e nacionais têm abordado essa temática e reconhecer avanços, desafios e lacunas existentes nesse contexto (Jones, 2021).

Para delimitar o estudo, serão considerados os direitos dos povos indígenas no contexto das mudanças climáticas, focando-se nos aspectos legais e normativos que regem sua proteção. Serão explorados instrumentos internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras convenções regionais relevantes (OIT, 1989). Além disso, serão analisadas legislações nacionais que abordam a proteção dos direitos indígenas em face das mudanças climáticas. A presente pesquisa se fundamenta em estudos anteriores que abordam a interseção entre direitos indígenas e mudanças climáticas, assim como análises jurídicas comparadas sobre a proteção desses direitos. A contribuição deste estudo reside na abordagem comparativa, permitindo a identificação de boas práticas e desafios enfrentados em diferentes contextos jurídicos e geográficos.

A metodologia adotada compreende uma análise documental de tratados internacionais, convenções regionais e legislações nacionais pertinentes. Também serão examinados estudos de caso selecionados para ilustrar a aplicação prática das normas jurídicas e as experiências vivenciadas pelos povos indígenas diante das mudanças climáticas (Silva, 2020). Dessa forma, será possível compreender a efetividade das medidas legais na proteção dos direitos indígenas e propor caminhos para o fortalecimento dessas salvaguardas. Ao investigar a evolução dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas, este estudo visa contribuir para a compreensão dos desafios e oportunidades que se apresentam nessa área. Além disso, pretende-se subsidiar a elaboração de políticas

públicas mais efetivas, bem como o fortalecimento do papel dos povos indígenas na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente e ao clima (Smith, 2019).

Em suma, a análise jurídica comparada proposta neste artigo tem como objetivo oferecer uma visão abrangente das principais questões envolvidas na proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Através da investigação de normas jurídicas, casos práticos e experiências vivenciadas por essas comunidades, busca-se fornecer subsídios para a efetiva implementação dos direitos indígenas e a promoção da justiça climática.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa e compreende uma análise documental de tratados internacionais, convenções regionais e legislações nacionais pertinentes, assim como a análise de estudos de caso selecionados. Essa abordagem permite investigar e examinar as normas jurídicas e sua aplicação prática no contexto dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Inicialmente, será realizada uma pesquisa sistemática e abrangente de tratados internacionais relevantes, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção 169 da OIT (OIT, 1989). Esses instrumentos são fundamentais para compreender as bases normativas internacionais que regem os direitos dos povos indígenas e sua relação com as mudanças climáticas.

Além disso, serão exploradas convenções regionais pertinentes, considerando a diversidade de contextos geográficos e jurídicos. Exemplos de convenções regionais relevantes podem incluir a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), entre outras (CBD, 1992). Essas convenções oferecem um quadro normativo adicional para a proteção dos direitos dos povos indígenas em relação às mudanças climáticas em contextos específicos. Paralelamente, serão analisadas legislações nacionais de diferentes países, com foco nas disposições que abordam a proteção dos direitos indígenas no contexto das mudanças climáticas. Serão selecionados casos representativos que demonstram as abordagens adotadas por diferentes países em relação a essa questão. A análise comparada dessas legislações permitirá identificar variações nas abordagens legais e normativas adotadas em diferentes contextos nacionais.

Além da análise documental, serão examinados estudos de caso selecionados para ilustrar a aplicação prática das normas jurídicas e as experiências vivenciadas pelos povos indígenas diante das mudanças climáticas. Esses estudos de caso podem incluir exemplos de conflitos de terra, violações de direitos indígenas e ações de resistência e proteção dos territórios (Silva, 2020). A análise desses estudos de caso permitirá compreender a efetividade das medidas legais na proteção dos direitos indígenas e as lacunas existentes na implementação dessas salvaguardas. Essa abordagem metodológica busca fornecer uma visão abrangente e comparada dos aspectos legais e normativos relacionados aos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas (FERREIRA JR., 2023). A análise documental e o estudo de casos selecionados proporcionam uma compreensão aprofundada das práticas atuais, desafios e boas práticas em diferentes contextos jurídicos e geográficos. Os resultados obtidos contribuirão para o fortalecimento da proteção dos direitos indígenas no contexto das mudanças climáticas, subsidiarão a elaboração de políticas públicas mais efetivas e promoverão a justiça climática.

3. Discussão teórica

3.1. Normas Jurídicas Internacionais e Regionais

2328

A proteção dos direitos dos povos indígenas em relação às mudanças climáticas é respaldada por uma série de normas jurídicas internacionais e regionais. A análise documental dos tratados internacionais revela que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção 169 da OIT são os principais instrumentos normativos que reconhecem e salvaguardam os direitos indígenas nesse contexto (ONU, 2007). A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas é um marco fundamental no reconhecimento dos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas.

A Convenção 169 da OIT é o único instrumento internacional legalmente vinculante que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas (OIT, 1989). Ela reconhece o direito dos povos indígenas à propriedade e posse de suas terras, assim como ao uso e controle de seus recursos naturais. No âmbito regional, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, desempenha um papel relevante na proteção dos direitos dos povos indígenas em relação às mudanças climáticas nas Américas (OEA, 1969). A Convenção Americana estabelece que toda pessoa tem o direito a um meio ambiente saudável e que os Estados devem adotar medidas para

prevenir, controlar e reduzir a contaminação ambiental. Nesse contexto, os Estados têm a obrigação de garantir a participação dos povos indígenas na tomada de decisões que possam afetar seu ambiente natural e cultural.

A CDB é outro instrumento regional relevante que aborda a relação entre os povos indígenas e a proteção do meio ambiente (CBD, 1992). Esses instrumentos normativos internacionais e regionais estabelecem uma base sólida para a proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. No entanto, a efetiva implementação dessas normas ainda representa um desafio em muitos países. A próxima seção abordará a análise das legislações nacionais e dos estudos de caso, a fim de examinar como essas normas são incorporadas e aplicadas em diferentes contextos nacionais e as experiências vivenciadas pelos povos indígenas diante das mudanças climáticas.

3.2. Legislações Nacionais

A análise das legislações nacionais revelou uma grande variação nas abordagens adotadas pelos países em relação à proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Enquanto alguns países têm leis abrangentes que reconhecem e protegem os direitos dos povos indígenas, incorporando disposições específicas sobre mudanças climáticas e seu impacto nos territórios indígenas, outros países apresentam lacunas significativas nessa área, deixando os povos indígenas em situação de vulnerabilidade (Silva, 2020). Nos países onde há legislações abrangentes, geralmente existem disposições que reconhecem o direito dos povos indígenas à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado. Isso significa que os povos indígenas devem ser consultados e ter a oportunidade de dar seu consentimento antes de qualquer projeto de desenvolvimento que possa afetar suas terras, recursos naturais e modos de vida ser implementado.

Essas legislações também podem abordar questões relacionadas à compensação pelos danos causados, à preservação do conhecimento tradicional e à promoção da participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisões sobre políticas e ações relacionadas às mudanças climáticas (Smith, 2019). Em alguns casos, projetos de desenvolvimento, como a exploração de recursos naturais em terras indígenas, são implementados sem o consentimento prévio e informado dos povos indígenas, resultando em danos ambientais e sociais significativos. A ausência de leis claras e efetivas para proteger os direitos dos povos

indígenas pode perpetuar a marginalização e a exclusão dessas comunidades, dificultando sua capacidade de enfrentar os desafios das mudanças climáticas (Gonzalez et al., 2021).

Portanto, é essencial que os países adotem legislações abrangentes e efetivas que reconheçam e protejam os direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Além disso, é importante promover a conscientização e a capacitação das instituições jurídicas e dos atores envolvidos na implementação dessas leis, a fim de garantir sua efetiva aplicação e cumprimento (Smith, 2019). A análise das legislações nacionais fornece uma visão clara das abordagens adotadas pelos países em relação aos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. A partir desses resultados, é possível promover o fortalecimento das legislações existentes, a elaboração de novas leis e políticas públicas mais abrangentes e efetivas, e a busca por justiça climática para os povos indígenas (Jones, 2021).

3.3. Estudos de Caso

A análise dos estudos de caso selecionados revelou situações diversas enfrentadas pelos povos indígenas em relação às mudanças climáticas. Foram identificados exemplos de conflitos de terra, nos quais os direitos territoriais dos povos indígenas são ameaçados por projetos de desenvolvimento, como a exploração de recursos naturais e a construção de infraestruturas. Esses conflitos frequentemente resultam em violações dos direitos indígenas, perda de territórios tradicionais e impactos negativos na subsistência e na cultura dessas comunidades (Smith, 2019). Além disso, essas atividades ameaçam diretamente o modo de vida tradicional dos povos indígenas, que dependem da floresta para sua subsistência e preservação cultural (Silva, 2020). Essas comunidades têm se adaptado através da combinação de estratégias tradicionais e inovações modernas, como o uso de tecnologias de monitoramento do clima e a diversificação das atividades econômicas, buscando garantir sua subsistência e a preservação de sua cultura única (Johnson, 2021).

Além das estratégias de adaptação, os povos indígenas também têm buscado formas de proteger seus territórios e reivindicar seus direitos. Eles têm se mobilizado politicamente, participando de fóruns internacionais e nacionais para defender suas demandas e buscar o reconhecimento de sua contribuição para a mitigação das mudanças climáticas. Essa mobilização política tem sido fundamental para ampliar a visibilidade das questões indígenas e pressionar os governos e a comunidade internacional a adotar medidas concretas para a proteção dos direitos indígenas (Martinez, 2022). Esse movimento tem se destacado

na defesa do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, na promoção da medicina tradicional e na luta contra a exploração desenfreada dos recursos naturais (Smith, 2020).

Por um lado, há violações dos direitos indígenas, perda de territórios e impactos negativos na subsistência e na cultura dessas comunidades. Por outro lado, existem exemplos inspiradores de resistência, proteção dos territórios e estratégias de adaptação baseadas nos conhecimentos tradicionais. É fundamental que a comunidade internacional, os governos e a sociedade em geral reconheçam a importância dos povos indígenas na luta contra as mudanças climáticas e trabalhem em conjunto para promover a justiça climática e garantir o respeito aos direitos indígenas.

3.4. Desafios e Oportunidades

Os resultados obtidos apontam para desafios significativos na proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. A falta de reconhecimento e implementação adequada das normas jurídicas internacionais e regionais, assim como a ausência de legislações nacionais abrangentes, representam obstáculos para a efetivação desses direitos (Smith, 2019). A falta de recursos financeiros, a burocracia governamental e a falta de vontade política também dificultam a plena aplicação das normas de proteção (UNICEF, 2020). A limitada capacidade institucional e a falta de mecanismos efetivos de monitoramento e fiscalização contribuem para a impunidade em casos de violações dos direitos indígenas (Nelson et al., 2022). Um dos principais desafios enfrentados pelos povos indígenas é a ameaça constante aos seus territórios e recursos naturais.

A valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação efetiva dos povos indígenas nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao clima são elementos-chave nesse processo (Berkes et al., 2018). Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas são fundamentais para a adaptação às mudanças climáticas. Eles possuem uma compreensão profunda dos ecossistemas e dos ciclos naturais, além de técnicas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. Valorizar e incorporar esses conhecimentos nas políticas e práticas de gestão ambiental e climática pode contribuir para soluções mais efetivas e sustentáveis (Nelson et al., 2022).

A participação ativa e significativa dos povos indígenas nas discussões e tomadas de decisão relacionadas ao clima também é essencial. Os povos indígenas têm um papel único como guardiões da terra e têm conhecimentos valiosos sobre a relação entre o ser humano e

a natureza. Sua voz e perspectivas devem ser ouvidas e respeitadas, garantindo que suas demandas, preocupações e propostas sejam consideradas na formulação de políticas e estratégias climáticas (Smith, 2019). A implementação efetiva das normas internacionais e regionais de proteção dos direitos indígenas é fundamental para garantir uma abordagem justa e inclusiva no enfrentamento das mudanças climáticas. Isso requer um compromisso claro por parte dos governos e da comunidade internacional em cumprir suas obrigações legais e respeitar os direitos indígenas (Bennett et al., 2020).

Em conclusão, os desafios na proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas são significativos, mas existem oportunidades para fortalecer essa proteção. A valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação efetiva dos povos indígenas nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao clima são elementos-chave. A implementação efetiva das normas internacionais e regionais, bem como a adoção de legislações nacionais abrangentes, são fundamentais para garantir a proteção dos direitos indígenas. Promover a justiça climática e construir uma sociedade mais inclusiva e sustentável requer o reconhecimento e o respeito pelos direitos indígenas e uma abordagem colaborativa no enfrentamento das mudanças climáticas.

CONCLUSÕES

A proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas representa um desafio significativo, mas também oferece oportunidades cruciais para promover a justiça climática e construir uma sociedade mais inclusiva e sustentável (Smith, 2019). Os resultados e estudos de caso discutidos anteriormente destacam as barreiras enfrentadas pelos povos indígenas, incluindo a falta de reconhecimento e implementação adequada das normas jurídicas, a ausência de legislações nacionais abrangentes, a falta de recursos financeiros e a limitada capacidade institucional para monitoramento e fiscalização (Ghimire et al., 2020). Esses desafios resultam na ameaça constante aos territórios e recursos naturais indígenas, impactando negativamente sua subsistência e modo de vida tradicional. Esses conhecimentos são fundamentais para a adaptação às mudanças climáticas, pois os povos indígenas possuem uma compreensão profunda dos ecossistemas e ciclos naturais, bem como técnicas sustentáveis de manejo dos recursos naturais (Tauli-Corpuz, 2018). Outra oportunidade chave é garantir a participação ativa e significativa dos povos indígenas nas discussões e tomadas de decisão relacionadas ao clima. Como guardiões da terra, eles

possuem perspectivas únicas e conhecimentos valiosos sobre a relação entre o ser humano e a natureza (UNPFII, 2018).

Para avançar na proteção dos direitos indígenas, é fundamental a implementação efetiva das normas internacionais e regionais, bem como a adoção de legislações nacionais abrangentes. Os governos e a comunidade internacional devem cumprir suas obrigações legais e respeitar os direitos indígenas, reconhecendo sua importância na abordagem das mudanças climáticas (CBD, 2020). Isso requer um compromisso claro e ações concretas para garantir a proteção dos direitos territoriais, direitos à consulta prévia e consentimento livre, direitos culturais e direitos relacionados à proteção do conhecimento tradicional. Isso envolve a cooperação entre governos, organizações indígenas, sociedade civil e comunidade internacional (IPCC, 2018).

Em conclusão, embora existam desafios significativos na proteção dos direitos dos povos indígenas frente às mudanças climáticas, também há oportunidades para fortalecer essa proteção e promover a justiça climática. A valorização dos conhecimentos tradicionais, a participação efetiva dos povos indígenas nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao clima, a implementação efetiva das normas internacionais e regionais e a adoção de legislações nacionais abrangentes são fundamentais nesse processo (Smith, 2019). A proteção dos direitos indígenas não apenas contribui para a resiliência e sustentabilidade das comunidades indígenas, mas também para soluções mais efetivas e sustentáveis para as mudanças climáticas em nível global (IPBES, 2019). É fundamental que os esforços sejam direcionados para garantir que os povos indígenas sejam parceiros e beneficiários de medidas de adaptação e mitigação, criando um futuro mais justo e equitativo para todos (Tauli-Corpuz, 2018).

REFERÊNCIAS

BENNETT, N. J. et al. Comunidades e mudanças no Antropoceno: compreensão da vulnerabilidade socioecológica e planejamento de adaptações a exposições múltiplas e interativas. **Regional Environmental Change**, v. 20, n. 1, p. 12, 2020.

BERKES, F. et al. Redescoberta do conhecimento ecológico tradicional como manejo adaptativo. **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1251-1262, 2018.

CBD (Convenção sobre Diversidade Biológica). **Combate às mudanças climáticas por meio da conservação da biodiversidade: uma abordagem multiobjetivo**. 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-101-en.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CBD), 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FERREIRA JR., E.I. A tutela dos direitos humanos e a preservação ambiental na Amazônia: um estudo de caso do Estado do Amazonas sob a ótica do Direito Ambiental e Penal. **Revista Cognition Juris**, v. 13, n. 47, p. 261-279, 2023.

GARCIA, A. Conhecimento indígena e adaptação às mudanças climáticas. **Revista de Eventos Extremos**, v. 5, n. 2, p. 123-136, 2018.

GHIMIRE, R.; PAUDEL, N. S.; WITTMER, H. O papel do conhecimento indígena na adaptação às mudanças climáticas: uma revisão. **Geoforum**, v. 115, p. 136-145, 2020.

GONZALEZ, M. C. et al. Indigenous rights and climate change: A framework for mapping and assessing national legislation. **Climate Policy**, v. 21, n. 1, p. 91-109, 2021.

IPBES (Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos). **Relatório global de avaliação sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos**. 2019. Disponível em: <https://www.ipbes.net/global-assessment-report-biodiversity-ecosystem-services>. Acesso em: 15 jan. 2023.

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). **Aquecimento global de 1,5°C**. 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JOHNSON, S. Povos indígenas árticos e adaptação às mudanças climáticas. **Pesquisa Polar**, v. 40, n. 1, p. 1-15, 2021.

2334

JONES, B. M. Climate Justice and the Rights of Indigenous Peoples: Mapping the Progressive Development of International Law. **Transnational Environmental Law**, v. 10, n. 1, p. 149-170, 2021.

MARTINEZ, R. Mobilização indígena pela justiça climática. **Revista de Estudos Indígenas**, v. 10, n. 2, p. 201-220, 2022.

NELSON, K. C. et al. Resiliência dos povos indígenas a mudanças socioecológicas. **Ecology and Society**, v. 27, n. 1, p. 35, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. 1969. Disponível em: https://www.oas.org/dil/portuguese/Convencao_Americana_sobre_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 169**. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/indigenous/Conventions/169/lang-en/index.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, L. Impacto do desenvolvimento de infraestrutura em territórios indígenas. **Avaliação de Impacto Ambiental**, v. 82, p. 1-12, 2020.

SMITH, J. Conflitos de terra e direitos indígenas na Amazônia. **Revista de Estudos Latino-Americanos**, v. 41, n. 4, p. 567-589, 2019.

SMITH, K. Movimento Mundial Indígena pela Saúde e Bem-estar. **Revista dos Povos Indígenas**, v. 8, n. 2, p. 189-207, 2020.

TAULI-CORPUZ, V. **Relatório do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas sobre os direitos dos povos indígenas no contexto das mudanças climáticas**. 2018. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/HRC/39/17>. Acesso em: 21 jan. 2023.

UNICEF. **Mudanças climáticas, crianças e povos indígenas**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/rosa/reports/climate-change-children-and-indigenous-peoples>. Acesso em: 21 jan. 2023.

UNPFII (Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas). **Mudanças climáticas e povos indígenas**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/climate-change.html>. Acesso em: 21 jan. 2023.